

**COMDEMA - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

GESTÃO 2015/2017

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Anfiteatro da UNIDAM - Unidade de Desenvolvimento Ambiental.

Rua Ernesto Gonçalves Rosa Jr., nº 150 - Jardim Florestal - DATA:  
09/11/2016

PREVISÃO PARA O INÍCIO: 15h00 - TÉRMINO: 18h00

QUÓRUM MÍNIMO: 11 Membros (25% + 1) dos 40 Membros Titulares

Ata da 15ª Reunião Ordinária do COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - biênio 2015/2017, realizada no dia 09 de novembro de 2016, às 15h00, no anfiteatro da UNIDAM - Unidade de Desenvolvimento Ambiental. A Presidente do COMDEMA inicia a reunião dando ciência aos conselheiros dos expedientes recebidos: **a)** Manifestação da Fundação Antônio Antonieta Cintra Gordinho relativo à denúncia feita pelo Sr. Antonio Luiz Mendes Pereira através do Ofício 47/2016, ofício esse já protocolado junto à SMPMA, e informa que da mesma maneira dará o encaminhamento ao presente expediente; **b)** denúncia recebida na presente data tendo sido entregue em mãos à Presidente, pelo Sr. Luiz Grossi Neto, referentes a irregularidades constatadas no Território de Gestão da Serra do Japi (colocação de entulhos carregados para as cachoeiras, interferências de máquinas nas estradas etc). Em relação a essa denúncia a Sra. Presidente sugeriu encaminhamento direto para a Divisão Florestal da GM, no entanto, por intervenção do Conselheiro Pedro Pontes, este invocou o Regimento Interno do Comdema, art. 18, § 1º, que indica o encaminhamento de denúncias inicialmente à respectiva Câmara Técnica, ficou deliberado que a denúncia seria encaminhada à Câmara Técnica de Fiscalização para análise e parecer; **c)** Relatório das atividades da Guarda Municipal relativas ao meio ambiente, o Vice-Presidente Silvio Drezza ficou encarregado de escanear os documentos e encaminhá-los por e-mail aos conselheiros; **d)** ofício do Ministério Público nº 640/16 Ref. IC 3097/16, requisitando informações do Comdema sobre os procedimentos e participação do Conselho na elaboração do Plano Diretor. A Presidente informa que o ofício será respondido no prazo concedido de 30 dias. Encerrado as informações dos expedientes, na sequência passou-se a Aprovação da Ata da 14ª. RO. O Conselheiro Pedro Pontes levantou alguns questionamentos sobre

a redação da ATA, mais precisamente 6ª linha abaixo para cima...Correções que foram feitas naquele momento pelo conselheiro Silvio, que ficou de enviá-la ao Secretário Márcio, para que o mesmo faça o arquivo da mesma. Na sequência foi aberta a palavra ao Inspetor Soares da Divisão Florestal da Guarda Municipal, relatando as dificuldades que a GM encontrava no combate à incêndios na Serra, em especial em áreas de difícil acesso, agora graças ao Comdema que autorizou retirada de verba do Fundo de Qualidade Ambiental para a aquisição de caminhão auto-bomba e equipamentos de combate à incêndios. Assim, Soares agradece em nome da Divisão Florestal e agradece a cada um pelo apoio, afirmando que esse caminhão é muito significativo e será de grande utilidade para o combate à incêndios em áreas de difícil acesso na Serra do Japi. O Conselheiro Pedro Pontes manifestou-se a respeito dizendo que o Fundo tem dinheiro para atender outras demandas que forem solicitadas. A Presidente sugeriu que as próximas solicitações sejam encaminhadas com cópia para o Conselho, que poderá cobrar da próxima administração. O Inspetor Soares comunica ainda que os referidos veículos e equipamentos serão expostos aos conselheiros na parte externa do prédio, inclusive funcionamento dos mesmos. Ficou acordado que assim que os referidos veículos chegassem, a reunião seria interrompida para a exposição. Na sequência, constada a presença do Sr. Antonio Luiz Mendes Pereira, a ele foi informado que sua denúncia (ofício 47/2016) já foi encaminhado para providência da SMPMA. Na sequência passou a palavra ao Sr. Aray Martinho, Diretor de Mananciais da DAE que externou sua preocupação com a situação da água no município de Jundiaí. Na sequência foi iniciada a exposição do Dr. Jener Moraes sobre Diagnóstico Agro Ambiental da Bacia do Jundiaí-Mirim cujo material será disponibilizado aos Conselheiros. O assunto gerou manifestações dos conselheiros, e Nivaldo Callegari enfatizou a necessidade de ocupação planejada da área rural e reconstituir as áreas de APP, também enfatizou a necessidade de cobrarmos da Administração a formação de um Conselho de Recursos Hídricos. Também entende que os recursos do “fundão” sejam destinados para quem efetivamente preservou o meio ambiente. O conselheiro Domênico disse que também devemos dar importância para a área de manancial do Ribeirão do Caxambu. Um dos locais adequados para esta discussão é o Conselho Gestor da APA, que tem sido pouco ativo. Disse ainda que a qualidade do Rio Atibaia é classe 2 (recebe águas mais degradadas) e Jundiaí-Mirim é classe 1. Domênico lembra que já foi feita recomendação de criar legislação específica, igualmente que existe para a Serra, também para Recursos Hídricos, mas observa que nada aconteceu até hoje e que não há cobrança disso, lamentavelmente a Administração fechou os olhos para as ocupações irregulares, extinguiu a lei de proteção de mananciais e há falhas evidentes

de fiscalização, é preciso cobrar essa fiscalização e compartilhar essa preocupação com o Ministério Público. O Plano Diretor precisa tratar esse território de forma diferente, voltar o olhar para o território de forma a favorecer a produção de água, precisamos dar esse salto. O vice-presidente Silvio Drezza manifestou pela necessidade de regulamentar a Lei Estadual 12.290/06 – que estende os limites da APA Jundiá para as porções dos territórios de Jarinu e Campo Limpo Paulista dentro da bacia do Jundiá Mirim e a porção do território de Itupeva que está na bacia do Ribeirão do Caxambu. O Conselheiro Domenico entende que esta lei já está regulamentada pelo Decreto 43.284/98, da APA Jundiá. Também entende que o Município deve dar o exemplo, a prefeitura precisa parar de aprovar divisão de lotes. Encerrados os debates e manifestações, passou-se a palavra para as considerações finais do Diretor Aray, que convida a todos para Audiência sobre o Plano de Saneamento que irá acontecer no dia 19 de Novembro, no auditório da DAE. Na sequência o conselheiro Pedro Pontes comunica com pesar a todos os conselheiros que a Assembléia Legislativa do Estado reuniu-se extraordinariamente para discutir a venda das áreas do CEA. Apesar de todos os esforços, inclusive com Moção por parte do Comdema, não se obteve êxito, só resta agora esperar pelo efetivo cumprimento do Plano Diretor para aquela área (ZEPAM). Neste momento a reunião foi interrompida diante da chegada do caminhão auto-bomba e marruá com equipamento de combate a incêndios, e os conselheiros dirigiram-se a parte externa do prédio e puderam conhecer os referidos veículos e uma pequena demonstração de funcionamento. No retorno dando sequência à reunião passou-se a palavra ao Vice-Presidente Silvio Drezza, coordenador da Câmara Técnica de Fiscalização e Institucional, que passou a apresentar a minuta do documento resultante do Workshop, que se pretende levar para a Administração. O conselheiro Domênico relembra que o Comdema já fez um ofício para o Prefeito relatando nossas preocupações com as falhas na fiscalização no município e solicitando providências, e ainda que o Promotor Dr. Claudemir Battalini, está cobrando providências da Administração, tendo sito aberto até Inquérito Civil à respeito. Após algumas manifestações dos conselheiros, ficou deliberado que o documento proposto pela CT será aperfeiçoado com as observações dos conselheiros e será submetido à aprovação na próxima reunião, com a sugestão de ser entregue o referido documento para a próxima gestão Administrativa. Silvio Drezza comunica aos conselheiros que o novo Código de Obras está para ser aprovado, mas que o Comdema não foi consultado, então indaga aos conselheiros se seria o caso de marcar uma reunião extraordinária para uma análise do projeto. Após alguns debates deliberou-se que o Comdema não irá se manifestar, tendo em vista que não foi oficialmente consultado. Dando cumprimento ao último item

da pauta, o Conselheiro Márcio e a Engenheira Florestal Ana Maria comunicam o cumprimento do TAC referente a construção de um muro na Av. Brasil Tâmega, no território de Gestão de Serra do Japi. Encerrada a reunião, eu Sílvia Lúcia Vieira Cabrera Merlo, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por todos os Conselheiros presentes: Márcio Galafassi, Cláudia Debroi de Campos, Maria Amélia Antonio, Rachel Antas Bugalho, Domênico Tremarolli, Rosemeire Aparecida Moreira, Renato Steck, Gilberto Bardi, Alessandra Maria Tegon Ferrarini, Pedro Sérgio Pontes, Sergio Pompermaier, Dirceu Francisco Cardoso, Giorgio Di Rito, Sílvio de Toledo Pinheiro, Luiz de Vriés, José Rodrigues, Yone Guatta Candiotto, Rogério da Silva Rivas, Luciano Libânio de Alcântara, Sílvio Eduardo Drezza, Nivaldo Callegari, Manoel Ruiz, e os convidados José Cássio Catossi, Adriano Zonaro, Aray Martinho, Rosemary Tonetti Baialuna, Alex Pereira Pinto, Massao Okazaki.